

Garantia Transcultural em Vocabulários Controlados: Elementos para uma Discussão sobre Representatividade nos Sistemas de Organização do Conhecimento

Ricardo Biscalchin
Walter Moreira

Como citar: BISCALCHIN, Ricardo; MOREIRA, Walter. Garantia Transcultural em Vocabulários Controlados: Elementos para uma Discussão sobre Representatividade nos Sistemas de Organização do Conhecimento. *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.367-396. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p367-396>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

13

**GARANTIA TRANSCULTURAL EM
VOCABULÁRIOS CONTROLADOS:
ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO
SOBRE REPRESENTATIVIDADE NOS
SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

*TRANSCULTURAL WARRANT IN
CONTROLLED VOCABULARIES:
ELEMENTS FOR A DISCUSSION
ABOUT REPRESENTATIVENESS
IN KNOWLEDGE ORGANIZATION
SYSTEMS*

Ricardo BISCALCHIN

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Walter MOREIRA

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Resumo: Este capítulo apresenta a garantia transcultural e outros conceitos que, aplicados em conjunto, possibilitam a construção de vocabulários controlados multilíngues equitativos, de modo que possam contribuir de modo mais efetivo nos processos de representação, disseminação e visibilidade dos documentos. A adoção dessa postura visa criar condições para tornar a busca e a recuperação da informação mais inclusivas em respeito a diferentes localidades geográficas e culturais e tendo em vista a geração de novos conhecimentos que promovam o desenvolvimento social, de modo amplo. O ponto de partida para a discussão que se propõe é a crença na construção de sistemas de organização do conhecimento, nos quais os usuários, em sua diversidade, sintam-se culturalmente representados e identificados com o vocabulário e seu conjunto terminológico, independentemente da sua cultura ou língua materna. Assim, defende-se a adoção de princípios da garantia transcultural em vocabulários controlados como instrumento para socializar o conhecimento e aprimorar a sua disseminação de maneira plural e não excludente, buscando aproximar pessoas, culturas, sistemas e unidades de informação em diferentes estágios, níveis culturais e de desenvolvimento, mediante o contexto global e plural em que nos encontramos inseridos.

Palavras-chave: garantia transcultural; terminologia; interoperabilidade; vocabulário controlado multilíngue; transculturalidade.

Abstract: This chapter presents the transcultural warranty and other concepts that, applied together, enable the construction of equitable multilingual controlled vocabularies, so that they contribute to the representation, dissemination and visibility of documents in order to allow and optimize the search and retrieval of information in different geographic and cultural locations for the generation of new knowledge applicable to society, so that users feel culturally represented and identified with the vocabulary and its terminological set, regardless of their culture and mother language. The transcultural warranty seeks to socialize knowledge and improve its dissemination in a plural and non-excludable manner, seeking to bring people, cultures, systems and information units together at different stages, cultural and developmental levels, through the global and plural context in which we find ourselves inserted.

Keywords: transcultural warranty; terminology; interoperability; multilingual controlled vocabulary; transculturality.

I A GARANTIA TRANSCULTURAL NA CONSTRUÇÃO DE VOCABULÁRIOS CONTROLADOS MULTILÍNGUE

A Ciência da Informação apresenta uma natureza interdisciplinar, uma relação com as tecnologias da informação e uma forte dimensão social e humana (Saracevic, 1996). Considerando-se apenas essa última dimensão e atendo-se à nuclearidade dos processos e aos sistemas de organização do conhecimento para o seu atendimento efetivo, faz-se necessário aplicar conceitos e metodologias que considerem as características e particularidades do contexto sócio-histórico-cultural dos usuários de sistemas de organização do conhecimento (SOC).

SOC é um termo genérico, utilizado para se referir a uma diversidade de itens, tais como, tesouros, sistemas de classificação, ontologias, *topic maps*, entre outros, todos com histórias, configurações e finalidades distintas. Na definição de SOC, apresentada por Mazzocchi na *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*, verbete cujo texto foi posteriormente também publicado no periódico *Knowledge Organization*, Mazzochi (2018, p. 54, tradução livre) também destaca sua diversidade, mas reúne-os pelo elemento comum às suas concepções, assim os SOC são:

[...] caracterizados por diferentes estruturas e funções específicas, variadas formas de se relacionar com a tecnologia e usados em uma pluralidade de contextos por diversas comunidades. No entanto, o que todos têm em comum é que foram concebidos para apoiar a organização do conhecimento e da informação de forma a facilitar a gestão e a recuperação.

Numa acepção teleológica, portanto, os SOC têm por objetivo a organização e a representação do conhecimento para fins de tratamento e recuperação da informação. Para tanto, empregam-se estruturas terminológicas que identificam e formalizam relações lógicas e semânticas entre os conceitos. Os vocabulários controlados, na condição de SOC, possibilitam a representação temática do conteúdo dos documentos por meio de seleção e aplicação de termos representativos de conceitos relativos à área

de especialidade que motivou sua construção. Assim, cabe enfatizar, um vocabulário controlado não consiste apenas em uma lista de termos, pois, na condição de linguagem documentária, além de um vocabulário propriamente dito, isto é, de um conjunto de descritores, demanda também uma sintaxe que permita expressar uma rede de relações que forma um sistema conceitual orientado semântica e pragmaticamente.

Considerando-se, portanto, o fenômeno linguístico e semântico que envolve a questão da representação do conhecimento, para atender de modo equitativo a um conjunto de usuários de diferentes realidades culturais, é necessário que, no momento da construção do vocabulário controlado, sejam aplicados aportes teórico-conceituais advindos da garantia transcultural, da terminologia e da interoperabilidade. Esses aportes auxiliam na recolha terminológica e na estruturação do vocabulário controlado, representando a informação de forma a atender diferentes grupos de usuários. Como condição mínima de interoperabilidade, recomenda-se que um vocabulário controlado seja multilíngue, atendendo assim a cada cultura que pretende alcançar do modo mais próximo possível a sua realidade cultural. Defende-se esses valores, pois as imposições culturais e barreiras linguísticas muitas vezes se apresentam como práticas excludentes limitando o acesso à informação a apenas alguns grupos seletos.

Um vocabulário controlado multilíngue apresenta um grande potencial para uma representação da informação equitativa e que compreenda diferentes culturas, desde que no momento de sua construção ou reorganização seja ancorado nos valores da garantia transcultural, da terminologia e da interoperabilidade.

Para a busca por uma representação equitativa da informação que possa alcançar diferentes usuários em diferentes culturas é preciso repensar algumas das práticas tradicionais de Organização do Conhecimento ainda assentadas em alguns princípios de universalidade e de isenção que caracterizaram os sistemas de classificação surgidos entre o final do século XIX e começo do século XX. Como insumos teóricos para sustentar acepções

mais sintonizadas com as questões apresentadas, discorre-se, na sequência, sobre alguns elementos subsidiários à compreensão dos conceitos de vocabulário controlado, garantia cultural, hospitalidade cultural, multiculturalidade, transculturalidade e garantia transcultural.

2 VOCABULÁRIO CONTROLADO MULTILÍNGUE

Um vocabulário controlado, mono ou multilíngue, consiste em um instrumento que visa ao controle terminológico dos descritores utilizados para a representação do conteúdo dos documentos com fins de recuperação e organização da informação em catálogos de bibliotecas, arquivos, museus e outras unidades de informação.

Um vocabulário controlado deve apresentar padrões inerentes aos valores culturais de grupos que podem estar localizados em vilas, cidades, bairros ou até mesmo em diferentes países. Para que o controle aplicado ao vocabulário não se torne ele mesmo instrumento de coerção, faz-se necessário que um termo eleito como termo preferido, possua outros termos que se lhe relacionem por equivalência, de modo a serem relacionados e identificados como termos não preferidos e se tornem diferentes pontos de acesso para viabilizar a pesquisa por diferentes grupos culturais, realizando uma conexão com os termos selecionados visando à recuperação da informação.

Para a construção de um vocabulário controlado, as normas técnicas e científicas podem ser aplicadas, de forma que este se apresente normalizado e estruturado conforme princípios apresentados sobre relações paradigmáticas e relações sintagmáticas, homonímias, sinonímias, polissemia e ambiguidade.

Em concordância com Hudon (1997), destaca-se que um vocabulário controlado multilíngue não consiste em um conjunto de vocabulários monolíngues combinados. Um vocabulário controlado multilíngue consiste na possibilidade de uso de cada versão linguística presente, podendo

cada uma delas ser utilizada de forma independente das outras, porém sem perder a interconexão, sendo esta uma condição necessária, e de apresentar inventários conceituais e terminológicos completos para cada idioma, possuindo uma estrutura totalmente desenvolvida (ou seja, todas as relações semânticas de equivalência, hierarquia e afinidade) para cada língua. Um vocabulário controlado multilíngue, portanto, precisa estar atento à representação das particularidades das estruturas lexicais e conceituais de cada uma dessas línguas.

Para isso, recomenda-se o uso da estrutura assimétrica na construção de vocabulários controlados multilíngues, pois ela possibilita a representação em conformidade com a realidade específica de cada língua/cultura, ao contrário da estrutura simétrica, na qual o número de termos e a organização hierárquica devem ser iguais entre as diferentes línguas.

Além desses conceitos para a construção de um vocabulário controlado multilíngue, são essenciais para a busca da equidade na representação e organização da informação, os conceitos da garantia transcultural, da terminologia e da interoperabilidade.

3 GARANTIA TRANSCULTURAL

O conceito de garantia transcultural é abordado por Biscalchin (2021), em sua tese de doutorado, intitulada “Garantia transcultural e terminologia: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis”. A garantia transcultural consiste, de acordo com Biscalchin (2021, p. 161),

[...] na representação da informação pautada nos valores éticos, evitando a reprodução de *biases*, nos valores da garantia cultural, buscando representar a informação pautada na realidade dos usuários, sendo apoiada pela hospitalidade cultural, onde essa representação deve ser apropriada a esses usuários, na multiculturalidade, reconhecendo a existência de múltiplas realidades culturais e a importância de representá-las, e por fim os

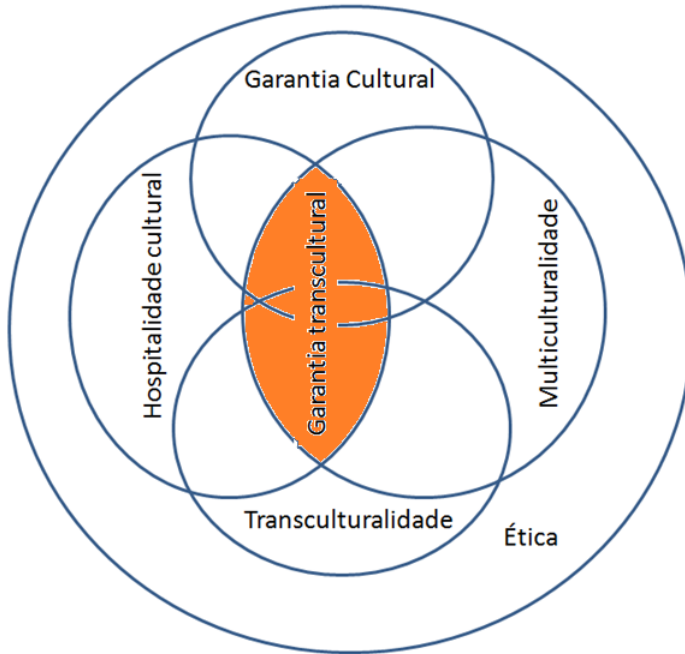
valores da transculturalidade, que complementa esses conceitos reconhecendo além da multiplicidade cultural, as relações que elas estabelecem e exercem entre si, de forma a se interconectarem, mas não se homogeneizarem.

A garantia transcultural apresenta a intersecção de alguns conceitos advindos da hospitalidade cultural, da garantia cultural, da multiculturalidade, da transculturalidade e da ética.

Um vocabulário controlado multilíngue deve ser pautado no respeito e no reconhecimento da diversidade cultural, representando-os de forma equitativa. Esse cuidado na representação da informação é a base para um sistema de representação e organização do conhecimento que busque mitigar valores preconceituosos ou excludentes na representação da informação, possibilitando equidade na busca e na apresentação de resultados aos pesquisadores.

A garantia transcultural visa estabelecer condições para o reconhecimento da pluralidade cultural e da existência de relações entre as culturas, não realizando a superposição de uma cultura sobre as demais, de modo que, não se reproduzam “[...] valores preconceituosos, ou tão pouco se sobreponham culturalmente umas às outras. Elas se interconectam e relacionam, mas não se sobrepõem ou homogeneízam” (Biscalchin, 2021, p. 162). A Figura 1 representa graficamente as intersecções conceituais que constituem a garantia transcultural.

Figura 1 – Intersecção entre os conceitos da ética, da garantia cultural, da hospitalidade cultural, da multiculturalidade e da transculturalidade, constituindo a garantia transcultural



Fonte: Adaptado de: Biscalchin (2021, p. 162).

Para a compreensão plena da garantia transcultural, faz-se necessário antes conhecer cada um dos conceitos que inter-relacionados a constituem. Todos esses conceitos se complementam de modo dialógico, sem serem conflituosos e possuem equidade em valor de importância na constituição da garantia transcultural.

4 GARANTIA CULTURAL, HOSPITALIDADE CULTURAL E ÉTICA

A garantia cultural é um termo proposto por Lee (1976) e definido por Beghtol (2002, p. 511) como um conceito que pressupõe que “[...] qualquer sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser apropriado e útil para os indivíduos em alguma cultura, somente se ele for baseado nas suposições, valores e preocupações dessa mesma cultura” (Beghtol, 2002, p. 511).

Cabe ao profissional da informação buscar a equidade na representação e organização da informação e do conhecimento de modo crítico, evitando de modo sistemático favorecimento de um grupo em detrimento de outro.

O profissional da informação deve:

[...] assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, os quais atuam no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de representação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos. É seu papel evitar que os desvios sejam disseminados através do fazer profissional. (Guimarães; Pinho, 2007, p. 11).

Para tanto, o profissional da informação precisa empregar, no momento da construção de vocabulários controlados multilíngues, os princípios da garantia cultural, da multiculturalidade, da transculturalidade, da ética e da hospitalidade cultural, ou seja, o conjunto de conceitos que, inter-relacionados entre si, definem a garantia transcultural.

A língua e o conhecimento estão entrelaçados e a cultura, sem dúvida, “[...] desempenha um papel importante nesse entrelaçamento, porque representa um entendimento comum que permite que o conhecimento seja amplamente inferencial dentro de um domínio cultural” (Smiraglia, 2012, p. 12).

Um vocabulário que não represente os termos de forma equitativa pode gerar estranhamento e prejudicar ou até mesmo impedir o acesso de

alguns grupos de usuários ao conhecimento, pelo fato de não encontrarem representados os termos e as relações paradigmáticas e sintagmáticas em conformidade com a sua cultura, causando conflitos de identidade.

A garantia cultural fornece os fundamentos e a base de critérios para orientar as decisões sobre a seleção dos conceitos e identificação das relações semânticas que guardam entre si e que podem se mostrar adequadas a um determinado sistema. Ela tradicionalmente decorre das necessidades de informação advinda dos supostos potenciais utilizadores do sistema (Beghtol, 2005).

Reforça-se aqui a importância de se aplicar na construção de vocabulários, além desses conceitos, as normas técnicas e científicas existentes ou algum outro conjunto de diretrizes que cumpra a mesma função, sempre é claro, com reflexões críticas sobre sua aplicação, e considerando o contexto sócio-histórico-cultural dos usuários.

Além do conceito da garantia cultural, outro importante conceito é o da hospitalidade cultural, que se propõe a reconhecer a variedade cultural, servindo como importante ponto de apoio à garantia cultural. A hospitalidade cultural possibilita a um mesmo vocabulário agregar diversas garantias culturais, que assegurem a representação dos valores, suposições e crenças dessas culturas. Para Beghtol (2005), ela consiste no fato de que um SOC pode acomodar garantias de diferentes culturas, refletindo adequadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade.

Reconhecer a diversidade cultural existente é o primeiro passo, pois “[...] ao identificar quais são as vozes excluídas no contexto da nossa biblioteca e tentar convidá-las a estar presentes, estaremos em busca de espaços de negociação, isto é, espaços onde esses usuários se sentirão à vontade para interagir [...]” (Milani, 2017, p. 67). Mais que representar a informação em diferentes línguas, portanto, o vocabulário controlado multilíngue deve representar a diversidade cultural existente entre as diferentes culturas, não se limitando a traduções literais e a adaptações de uma língua para a outra. Dessa forma, a garantia cultural “[...] contribui com a integração

cultural, reafirmando ao mesmo tempo a identidade das culturas locais, e inclusive neutralizando nos Sistemas de Organização do Conhecimento os efeitos de aculturação associados com a globalização e com os processos políticos e econômicos de exclusão social” (Barité, 2011, p. 9).

Para complementar essa representação plural, a ética ergue-se como um importante pilar na Organização do Conhecimento. Guimarães (2000) apresenta cinco níveis éticos de compromissos que o profissional da informação precisa assumir, a saber: com a instituição, com o cliente/ usuário, com a informação, com a própria profissão e com ele mesmo, como profissional.

A postura ética na Organização do Conhecimento é primordial, pois conforme destaca Milani (2014, p. 115)

[...] é impossível entendermos o outro como entendemos a nós mesmos e, quando conseguimos enxergá-lo e aceitá-lo como sendo outra pessoa, o fazemos a partir das nossas experiências e expectativas. Assim, é somente a partir de uma postura ética pautada pelo empenho em tratar o outro com dignidade, que os bibliotecários constroem, adaptam e utilizam substitutos documentais, os quais mereceriam ser metaforicamente chamados de pontes temáticas para o documento. Tal postura evocaria valores morais, como respeito, honradez e honestidade.

Compreender a visão de mundo do outro, pensar nos valores distintos daqueles por nós aceitos, é o que determina a postura ética na Organização do Conhecimento, pois um profissional da informação, assim como qualquer outro, aliás, nunca estará absolutamente isento dos valores e crenças que constituem sua compreensão de mundo, cabendo para isso a adoção da postura ética, por meio da qual será exercitado um posicionamento que possibilite visualizar os diferentes modos de entendimento sobre um mesmo conceito, para representá-los aos usuários do vocabulário controlado.

O cuidado ético na escolha e validação dos termos é essencial para mitigar a representação de valores excludentes e/ou preconceituosos que pos-

sam incitar, por exemplo, a violência ou que sejam ofensivos. Assim é importante a aplicação da ética na construção de vocabulários controlados, pois ela

[...] apresenta uma busca sobre valores que não ofendam grupos sociais, de modo que a representação da informação de maneira ética precisa respeitar as diferentes interpretações de mundo. Sua busca parte da empatia, de se posicionar mediante ao pensamento de distintos grupos em distintas culturas ou meios culturais/acadêmicos (Biscalchin, 2021, p. 54).

A presença da ética na construção de vocabulários controlados e na organização do conhecimento possibilita tornar a informação acessível aos usuários reais e potenciais do sistema, de modo equitativo, incluindo minorias e maiorias sociais sem distinções de classe, gênero, raça ou qualquer outra forma de diferenciação.

A ética é um importante pilar no contexto de qualquer atividade humana, assim como a cultura e sua diversidade.

5 MULTICULTURALIDADE E TRANSCULTURALIDADE

A multiculturalidade corresponde ao reconhecimento da existência de múltiplas culturas em diferentes níveis: global, nacional ou até mesmo de grupos menores, como os familiares ou regionais.

A perspectiva multicultural enriquece a representação da informação por não se limitar a apenas uma realidade cultural, mas a uma pluralidade delas.

Conforme Hall (2006, p. 13), acreditar em uma identidade cultural:

[...] plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.

A existência de múltiplas culturas é evidente e a busca por uma unificação das identidades culturais é algo ilusório, pois cada indivíduo, já é por si só multicultural, com alternâncias de suas percepções e valores culturais com o decorrer do tempo, conforme as experiências e vivências acumuladas em uma sociedade cada vez mais interconectada. A multiculturalidade “[...] designa a característica de sociedades formadas por múltiplas comunidades culturais, que convivem entre si” (Lazzarin, 2008, p. 122).

Se tomarmos um país, como exemplo, nota-se que ele não pode ser definido por apenas uma identidade cultural, pois se constitui por uma diversidade delas. O Brasil, seguindo no mesmo exemplo, constitui-se por diversas e distintas realidades culturais em diversos aspectos, como a religião, a culinária, a arquitetura, entre outros. Tomando como exemplo as religiões, nota-se que existem diversas delas no país, inclusive dentro de vertentes como o cristianismo, que possuem diversas culturas distintas para essa crença, como o catolicismo e distintas igrejas pentecostais e neopentecostais.

O reconhecimento e a representação da diversidade cultural em vocabulários controlados necessitam ser sempre pautados na ética, não replicando de forma alguma, preconceitos ou apologias a violências de nenhuma ordem. Por isso, a inclusão de usuários de distintas realidades sócio-histórico-culturais possibilitará uma maior disseminação da informação que pode, como fato consequente, potencializar a produção de novos conhecimentos.

A multiculturalidade é contemplada quando diferentes grupos podem “[...] ver atendidas suas reivindicações de reconhecimento e identidade, preservando ao mesmo tempo a possibilidade de existência de uma dimensão coletiva - ultrapassando os horizontes da etnia - e de instituições igualitárias e democráticas” (Semprini, 1999, p. 144). A multiculturalidade possibilita, desse modo, o reconhecimento da diversidade e o direito à cidadania, combatendo uma visão homogeneizadora e padronizadora de grupos dominantes, buscando alcançar a equidade na representação das múltiplas culturas.

A representação de termos, conceitos, ou até mesmo de estruturas hierárquicas preconceituosas (*biased*) em um vocabulário controlado produz “[...] uma imagem [...] que afeta a autoestima de um indivíduo e acaba sendo interiorizada e instalada no âmago de sua identidade” (Semprini, 1999, p. 105).

Na construção de um vocabulário controlado multilíngue essa complexidade é ampliada pela maior diversidade de culturas existentes, além da língua. Ainda que a questão da linguagem por si só, já se apresente como um grande desafio, pois

[...] é identificada não apenas como lugar onde as relações de dominação e exclusão se cristalizam, mas também onde essas relações são negociadas, produzidas e reproduzidas. De um ponto de vista cognitivo, enfim, a linguagem desempenha um papel ativo na produção da realidade, pois ela fornece o instrumental conceitual (categorias, conceitos) sem o quê a realidade - principalmente a realidade social - não seria identificável nem compreensível. (Semprini, 1999, p. 66-67).

O contexto sócio-histórico-cultural dos usuários é fator de extrema importância para sua representação e identificação multicultural na representação da informação. Nesse sentido, Hudon (1997) traz importantes considerações sobre a construção de vocabulários controlados multilíngues, dentre elas, a questão da estrutura hierárquica simétrica. Para manter simetria de uma língua com a outra, faz-se necessária, por vezes, a supressão ou a criação de termos entre as línguas, o que desrespeita os preceitos culturais apresentados e, portanto, leva a representações duvidosas, que podem ser ofensivas ou até mesmo irreconhecíveis aos usuários das línguas que foram “adaptadas”.

A multiculturalidade reflete a ética, em sua essência, à medida em que busca a defesa de um valor maior: a inclusão, ou seja, o resguardo dos direitos de todos os cidadãos, tal como expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Milani *et al.*, 2009).

A multiculturalidade busca o entendimento das diversas culturas, inclusive das minorias culturais. Nela, as culturas não se sobrepõem, possuem o mesmo valor e importância, sendo sempre reconhecida a heterogeneidade cultural existente. Assim, a multiculturalidade “[...] traz, à sociedade, a necessidade do reconhecimento e do respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e às comunidades cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes” (Milani, 2010, p. 64).

Desse modo, a política da multiculturalidade converte-se em “[...] um mecanismo para lutar contra toda forma de intolerância e em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis básicos a todos” (Mortali *et al*, 2002, p. 56).

A multiculturalidade busca reconhecer e respeitar as distintas culturas, sem mensurar a influência de uma cultura sobre as outras, buscando equidade no tratamento entre as culturas, tendo todas elas como iguais em termos de valor e importância. É importante destacar que a representação da informação personalizada, destinada a um usuário específico, nesse contexto, é totalmente inviável, sendo necessário ater-se a grupos e a comunidades.

Em síntese, a multiculturalidade consiste no reconhecimento de múltiplas culturas em um contexto, porém sem prever, necessariamente, como ocorrem interações entre elas. As interações entre essas múltiplas culturas são abordadas pela transculturalidade.

O prefixo “trans” em latim pode significar “além de”, “através”, “para trás”, “para além de”. Desse modo, “transcultural” pode significar “para além do cultural”, “através de todo o cultural no sentido de por todo o cultural” ou “para além do cultural no sentido de acima do cultural”. Diferentemente dos prefixos “inter” e “multi”, que têm um significado pluralístico, o prefixo “trans” refere-se a uma dimensão uniforme que não é ultrapassada nem penetrada (Elberfeld, 2008).

O uso do prefixo “trans” com termos constituintes de comunidades tais como nação, cultura e estado possibilita concluir tanto uma suspensão de demarcações como também uma reassociação aos mesmos (Hühn *et al.*, 2010).

A transculturalidade, para Beghtol (2002, p. 509), “[...] descreve, em geral, os diversos fenômenos que compõem as crenças coletivas e as atividades de algumas pessoas de um grupo”. Essa diversidade de espaços culturais transnacionais carrega junto de si uma diversidade transcultural que perpassa as barreiras geográficas das nações além de se apresentar, ao mesmo tempo, dentro dessas barreiras, como por exemplo, “[...] pequenas atividades socioculturais de unidades (tais como as organizações religiosas, educacionais ou econômicas e as instituições, grupos de discussão na Internet, e os vários domínios das artes), que podem existir dentro de uma cultura nacional [...]” (Beghtol, 2002, p. 509).

A transculturalidade pode se apresentar, portanto, também por meio de processos de migração, exílio, trabalho, turismo e intercâmbio, que potencializam essa interação entre diferentes realidades culturais, ou seja, uma pessoa pode “[...] viver dentro do contexto de uma cultura nacional, mas estar sobre a influência de uma outra cultura, replicando costumes e línguas de outras culturas” (Biscalchin, 2021, p. 43).

O contexto sócio-histórico-cultural do indivíduo é um fator chave na forma pela qual ele compreende o mundo, sendo essa direcionada em conformidade com as percepções e com os valores que ele conhece.

Cabe evidenciar que não se refere a uma cultura única, mas sim a uma pluralidade cultural, uma diversidade que necessita ser reconhecida, compreendida e respeitada conforme os pressupostos advindos da garantia cultural. Vertentes culturais que se destacam por serem utilizadas pela maioria dos usuários não devem ser as únicas a serem representadas em um vocabulário controlado, as minorias culturais também necessitam encontrar representados seus valores e compreensões culturais.

A transculturalidade parte de uma interação cultural, que “[...] tenta pensar a universalidade das normas como princípio comum e aspirar uma atuação correspondente” (Dhouib, 2011, p. 292).

Nas discussões sobre garantia cultural, Beghtol (2002) demonstra que um indivíduo não se encontra necessariamente preso a uma única cultura, podendo pertencer a um número diverso de culturas em distintos níveis.

A transculturalidade usufrui o aspecto crítico de todas as culturas para determinar simultaneamente, de modo transversal e transcendente o que poderia ser universal e criar, assim, um corpo crítico e valores comuns permanentemente renováveis, que devem valer a humanidade (Triki, 2005). Desse modo, pela perspectiva do conceito de transculturalidade, a cultura é vista como “[...] dinâmica e ativa, interativa e isenta de preferências. Ela se baseia em valores éticos e busca a interação sócio-histórico-cultural a ponto de permitir compreender e conceituar essas interações entre distintas culturas” (Biscalchin, 2021, p. 44).

Os vocabulários controlados precisam contemplar em seus fundamentos princípios éticos que promovam uma visão transcultural, proporcionando a divulgação de variados aspectos relacionados à informação (Pinho, 2006).

A transculturalidade ultrapassa a “[...] interpretação de uma cultura por outra cultura e também não se restringe a fecundação de uma cultura por outra cultura, mas a mesma assegura a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, através do sentido que une as mais diferentes culturas, mesmo que as ultrapassando” (Neiva; Alonso; Ferneda, 2007, p. 6).

A transculturalidade busca compreender as distintas culturas de forma que nenhuma se sobreponha a outra,

[...] como uma concepção teórico-ideológica que suplanta o aspecto da compreensão de uma cultura por outra cultura e garante a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, por meio do sentido que une as mais diversas culturas, privilegiando a constituição de uma identidade cultural supranacional, sem a perda das identidades culturais. (Boccatto, Biscalchin, 2014, p. 240).

A transculturalidade reconhece a existência de múltiplas culturas (multiculturalidade) e realiza conexões para uma representação ética e igualitária da informação entre essas diferentes culturas. Para García Gutiérrez (2002), o multiculturalismo apresenta uma frágil compreensão de cultura, pois é preciso entender a cultura como um sistema que interage e que ultrapassa o contexto local, pois se aceitarmos todas essas coisas como entidades constantes, permitindo a sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos, conceberemos armações culturais limitadas e isoladas que não corresponderão à realidade.

O conceito de cultura homogênea e separatista pode ser superado por meio da rede externa de culturas. Hoje as culturas estão extremamente interligadas e enredadas umas nas outras, de modo que os estilos de vida ultrapassam as fronteiras das culturas nacionais, sendo encontrados da mesma maneira em outras culturas. O modo de vida de um economista, um acadêmico ou uma lista de profissionais não é mais alemão ou francês, mas sim um estilo global (Welsch, 2001).

No atual contexto global:

[...] ao invés de realidades culturais simplificadas, estudantes e praticantes têm que trabalhar juntos para construir uma ética transcultural que dê legítimo apoio à construção social da exomemória¹, usando categorias transculturalmente aceitáveis e, um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos raciais, étnicos ou quaisquer outros. (García Gutiérrez, 2002, p. 519).

Para essa construção transcultural, a ética é um dos pilares que devem ser seguidos para que discriminações e preconceitos sejam eliminados na representação terminológica no vocabulário controlado.

A transculturalidade não é sinônimo de homogeneidade cultural. Nela são reconhecidas a interação entre múltiplas culturas, assim forman-

¹ Exomemória, de acordo com García Gutiérrez (2002), são as diversas formas de registrar o conhecimento como livros, fotografias, esculturas, quadros e tantos outros que atualmente compartilham sua forma de disponibilização e acesso em rede digital, enquanto que o processo de mediação estará a cargo de interventores, manipuladores, fiscalizadores, censores, delegados, uma vez que essas mediações contribuem para a reinterpretção da memória e, assim, constituir a cultura, a consciência e as identidades atuais.

do uma cultura supranacional, mas não necessariamente homogênea. Sobre homogeneização cultural, Hall (2006, p. 75) a apresenta como “[...] as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas”.

Na construção de um vocabulário controlado multilíngue, deve-se tomar como ponto de partida a identidade cultural dos usuários e o modo como a própria área de especialidade é tratada nas diferentes culturas, respeitando a diversidade e a maneira como os usuários realizam suas buscas e demandam informações em sua área.

Ou seja, reconhecer a transculturalidade e a multiculturalidade na construção de vocabulários controlados possibilita uma representação da informação potencialmente mais condizente com a realidade dos usuários, por meio da identificação da pluralidade cultural presente na relação transcultural, o que possibilita atender também aos preceitos da garantia cultural e da ética.

Assim, a transculturalidade consiste no reconhecimento da existência de múltiplas culturas e na sua interação, levando a novas visões e percepções de mundo, transpassando barreiras geográficas e políticas, ou seja, a garantia cultural, a multiculturalidade e a transculturalidade não se excluem, mas complementam-se.

Sobre a constituição e a influência do contexto sócio-histórico-cultural, o filósofo Kwame Appiah afirma que:

[...] toda identidade humana é construída, historicamente; cada um tem a sua parte de pressuposições falsas, de erros e imprecisões que a cortesia denomina como “mito”, “religião”, “heresia”, “ciência” e “mágica”. Histórias inventadas, biológicas inventadas, afinidades culturais inventadas vêm com uma identidade; cada uma é um tipo de papel que deve ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa. (Appiah, 2001, p. 373).

Para evitar a disseminação de valores preconceituosos ou excludentes, deve-se aplicar a ética para que esses valores distorcidos não sejam disseminados. Esse cuidado é importante, pois, por vezes, mesmo em discursos oficiais de governos ou de autoridades, valores preconceituosos e discursos de ódio acabam sendo disseminados, cabendo, portanto, uma análise cultural para verificar o quanto um discurso, uma representação terminológica e conceitual é ética ou não.

A transculturalidade apresenta uma:

[...] concepção onde a pluralidade cultural convive de maneira harmoniosa, se combinando e interagindo assim a um bem comum, a integração cultural. O reconhecimento da transculturalidade e a construção de um sistema apoiado nessa concepção possibilita a representação da informação de forma a atender essas culturas, ou melhor, essa cultura, fruto dessa multiplicidade transcultural. (Biscalchin, 2021, p. 48).

A representação da informação deve ser mediada pelo profissional da informação. García Gutiérrez (2002), inclusive, substitui o termo profissional da informação por mediador da informação, pois espera-se que ele seja capaz de abordar os mais diversos aspectos possíveis de um assunto, ainda que isso se dê ante a impossibilidade de remover seus valores pessoais no momento da representação da informação.

Esse cuidado na representação da informação busca a equidade na representação da informação, buscando mitigar a exclusão de usuários pertencentes a minorias e grupos sociais marginalizados pela sociedade dominante, que naturaliza e impõe diversos preconceitos e agressões a esses conjuntos. Cabe ao mediador da informação, realizar uma análise crítica de seu trabalho no momento da representação da informação, de modo que não reproduza preconceitos ou exclua culturas por convenções sociais impostas pela cultura/política dominante. O mediador da informação deve ser extremamente questionador e apoiado nos valores da garantia cultural, da multiculturalidade, da transculturalidade e da ética.

O Quadro 1 demonstra a compatibilidade entre os conceitos de garantia cultural, multiculturalidade e transculturalidade, de modo que não se excluem, mas se complementam. Entende-se que um vocabulário controlado só é efetivamente multilíngue se além de apresentá-lo em várias línguas, ele represente terminológica e culturalmente cada uma delas (Biscalchin, 2013).

Quadro 1 – Síntese conceitual da garantia cultural, da multiculturalidade e da transculturalidade

GARANTIA CULTURAL	MULTICULTURALIDADE	TRANSCULTURALIDADE
Retrata que qualquer tipo de representação da informação e/ou sistema de organização pode ser maximamente apropriado e útil para indivíduos em algumas culturas, apenas se for baseado em pressupostos, valores e predisposições daquela cultura (Beghtol, 2002, p. 511).	Respeito às minorias culturais e reconhecimento pela sociedade da sua existência, influência e importância cultural.	Pode ser visto como a disseminação da informação visualizando os diversos aspectos referentes a um mesmo assunto.
Vocabulário controlado multilíngue ou qualquer sistema de disseminação e representação da informação precisa tentar alcançar o maior número de usuários (individuais ou grupos) possível, abrangendo para isso a informação, conforme a visão cultural de cada grupo/indivíduo.	Nenhuma cultura se sobrepõe as demais, possuindo todas, o mesmo valor e importância, devendo ser reconhecida e respeitada a heterogeneidade cultural.	Precisa ser isenta de preconceitos, abrangendo desde as grandes culturas até as minorias culturais, buscando inibir práticas de poder de modo que a disseminação da informação ocorra de maneira “pura”, isenta de influências pessoais e imposição de opinião.
A garantia cultural “[...] fornece os fundamentos e a autoridade para as decisões sobre os conceitos e quais as relações existentes entre eles são adequadas para um determinado sistema [...] decorre[ndo] das necessidades de informação dos supostos potenciais utilizadores do sistema” (Beghtol, 2005, p. 904).	“[...] traz, à sociedade, a necessidade do reconhecimento e do respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e às comunidades cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes” (Milani, 2010, p. 64).	A representação da informação deve ser conduzida de forma crítica, para que não reproduza preconceitos ou exclua culturas por convenções sociais impostas pela cultura/política dominante.
Busca pela aproximação do sistema com a linguagem do usuário, levando em consideração seus valores, crenças e suposições	Busca pela paridade na valoração no tratamento das culturas, sendo todas elas vistas como iguais em valor e importância.	Possibilita aos usuários o acesso à informação e a formação da sua própria opinião, por meio da leitura.

Reconhece e respeita a cultura do usuário, o contexto ao qual ele se encontra inserido, respeitando as diferenças sócio-histórico-culturais (linguagem conforme o contexto cultural do usuário).	Respeito à diversidade cultural, reconhecimento de múltiplas culturas dentro de um grupo ou contexto cultural.	Respeito à diversidade cultural e reconhecimento da interação entre as culturas, formando uma nova cultura, uma cultura transcultural.
--	--	--

Fonte: adaptado de Biscalchin (2021, p. 49)

Essa tríade conceitual possibilita o reconhecimento de múltiplos aspectos no tratamento da informação e no entendimento de cultura, conforme o contexto sócio-histórico-cultural em que se apresentam. Esses conceitos, apesar de distintos, são complementares aos parâmetros para a construção de vocabulários controlados orientados pela busca por respeitar e representar adequadamente os diferentes contextos culturais.

O contexto cultural nos influencia e interfere no modo como percebemos e interagimos com as coisas. Assim como valores cotidianos são impactantes na vivência, em relação à produção científica, a experiência acumulada em pesquisa, no conhecimento de termos e conceitos, de estruturas hierárquicas também são, pois são incorporados conforme sua aplicação no decorrer do tempo. Encontrar um vocabulário que contemple a especificidade cultural do pesquisador, da sua área de estudo, da sua cultura local/regional/nacional, sem dúvida é um importante caminho para aperfeiçoar as pesquisas e aprimorar a produção de informação em diferentes localidades.

O uso de sistemas de organização do conhecimento “[...] fortemente impregnados com os valores de uma cultura acaba sendo excludente em questões relevantes para uma comunidade, em relação às demais” (Barité, 2011, p. 7). Para tanto, os Direitos Humanos² se apresentam como um importante fator para a representatividade de múltiplas culturas de modo éti-

² Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas promulgava a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Era uma resposta imediata às atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais, mas não só isso. Era o estabelecimento de um ideário arduamente construído durante pelo menos 2.500 anos visando a garantir para qualquer ser humano, em qualquer país e sob quaisquer circunstâncias, condições mínimas de sobrevivência e crescimento em ambiente de respeito e paz, igualdade e liberdade (Agência Senado, 2018).

co e segundo Hunt (2009, p. 19) apresentam três qualidades conectas “[...] serem naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte)” De tal forma, bastaria aos indivíduos serem seres humanos, inseridos em uma sociedade e representados de forma semelhante, porém estamos em um contexto de ampla diversidade e apesar de extremamente importantes, os Direitos Humanos não são isentos de críticas e, por décadas, aceitavam valores questionáveis, pautando-se em uma homogeneização que, sabemos, é inexistente.

Como possível solução, Santos (2001, p. 20) aponta para um diálogo intercultural “[...] que pode levar, eventualmente, a uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção que, em vez de recorrer a falsos universalismos, se organiza como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis, e se constitui em redes de referências normativas capacitantes”.

Para tanto, deve-se escolher o conjunto com mais reciprocidade e respeito dentro de uma cultura e o direito dos grupos sociais de serem iguais quando a diferença os “inferioriza”, e diferentes quando a igualdade os “descaracteriza”. “No contexto da representação do conhecimento, dois pontos devem ser negociados: amparar as especificidades culturais de comunidades discursivas não negando a necessária “compatibilidade universal” visando à comunicação científica” (Milani, 2010, p. 68). Assim, o vocabulário controlado, ou qualquer outro sistema de organização do conhecimento, necessita buscar representar todas as culturas de seus usuários reais e potenciais.

Guimarães e Pinho (2007, p. 15) elencam três cuidados a serem aplicados para essa representação:

- a ética transcultural de mediação, que considera a cultura como um sistema dialógico e interativo, superando visões dominantes e reducionistas;
- a hospitalidade cultural, que possibilita a uma mesma notação bibliográfica agregar diversas garantias culturais;

- e o multilinguismo, que referenda o tratamento igualitário entre as línguas envolvidas em um vocabulário controlado multilíngue.

Por meio desse conjunto, o vocabulário controlado poderá ser organizado de modo a auxiliar indexadores e pesquisadores a construir representações mais efetivas e que respeitem a existência de múltiplas culturas que se misturam e interagem, formando uma identidade cultural, complementando com a acomodação de diferentes garantias culturais e com a representação da multiplicidade cultural.

A terminologia e a interoperabilidade também se apresentam como importantes pontos para a construção de vocabulários controlados multilíngues. A terminologia é aplicada na construção de vocabulários controlados multilíngues, servindo como ponte para comunicação entre os especialistas, auxiliando na representação dos conceitos por meio de termos. Kobashi, Smit e Tálamo (2001, p. 5) afirmam que na Ciência da Informação “[...] a terminologia surge da necessidade de denominar os sistemas de conceitos das diferentes disciplinas, com o objetivo de permitir uma comunicação eficiente entre especialistas”, revelando seu caráter extremamente aplicado nesse caso.

Dentre as diferentes vertentes terminológicas existentes, a teoria comunicativa da terminologia (TCT) é a que se mostra a mais adequada para a construção de vocabulários controlados equitativos, pois, nessa teoria, o conteúdo dos termos não é fixo ou imutável, mas sim passível de alterações em conformidade com o contexto sócio-histórico-cultural a que pertencem. Essa premissa da TCT possibilita aplicar os termos conforme o contexto em que se apresentam, de modo a permitir a representação de forma equitativa entre diferentes realidades culturais.

Soma-se à terminologia como suporte para a construção de vocabulários controlados multilíngues equitativos, a interoperabilidade, que é definida pela norma Iso 25964-2 (2013, p. 7) como a “[...] capacidade de dois ou mais sistemas ou componentes de trocarem informações e utiliza-

rem as informações que foram trocadas”, de modo a permitir o “diálogo” entre diferentes sistemas. Ela deve cumprir com os atributos de comunicação entre os diferentes sistemas conectados e a conversão automática dessas linguagens, ou seja, ela deve possibilitar o diálogo entre os sistemas, de modo a possibilitar aos usuários acesso à informação em todos os sistemas, por meio da busca no catálogo de um deles.

A interoperabilidade possibilita que a busca realizada em um catálogo mais conhecido possibilite o acesso à informação em catálogos menos conhecidos, ampliando a disseminação e acesso à informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representar a informação de modo equitativo contemplando usuários de diferentes culturas é um desafio contínuo, cujo resultado é, contudo, extremamente necessário para mitigar diferenças na representação e inclusão de diferentes culturas no acesso à informação. Para tanto, é necessário que *biases* sejam devidamente identificadas e eliminadas, pois a apresentação de termos, conceitos, ou até mesmo estruturas hierárquicas preconceituosas ofendem, agridem e desmoralizam os usuários, afetando sua autoestima e confiança no vocabulário e na organização, que pode inclusive responder a processos por reproduzir preconceitos, ofensas, entre outros.

Sabe-se que a representação da informação não é isenta de valores, pois a neutralidade não é alcançável, já que carregamos valores e perspectivas pessoais e que, voluntária ou involuntariamente, os reproduzimos no momento da estruturação e representação da informação nos vocabulários controlados. Por isso, faz-se necessária a aplicação dos princípios da garantia transcultural, com o objetivo de minimizar essas inconsistências.

Além desses cuidados, é importante que seja aplicada uma política que possibilite o diálogo com os usuários na construção do vocabulário controlado e na sua manutenção/atualização, de modo que os usuários

possam sinalizar eventuais deslizes ou inconsistências na representação da informação em relação às suas percepções culturais.

O uso dos conceitos da terminologia, da interoperabilidade e da garantia transcultural possibilita uma ampliação na conectividade entre diferentes vertentes culturais e científicas, auxiliando no acesso a informações de diferentes áreas e culturas, ampliando potencialmente o desenvolvimento científico e mitigando as diferenças de acesso à informação impostas pela língua e por valores culturais por meio da representação e de acesso em conformidade com a realidade dos usuários em sua cultura.

Alcançar a equidade na representação da informação é sem dúvida um grande desafio, pois nos leva a um exercício de empatia, de nos colocarmos no lugar do outro, e isso não é uma atividade fácil e simples, pois diariamente somos ‘bombardeados’ com influências da nossa realidade sócio-histórica-cultural, por isso a desatenção aos conceitos apresentados pode levar a reprodução de erros e representações preconceituosas para usuários de realidades culturais distintas da nossa.

Encerra-se este capítulo com a reflexão de que a Organização do Conhecimento deve recorrer a todas as áreas de conhecimento que a auxiliem e viabilizem a construção de instrumentos para pesquisa que incluam os usuários de diferentes realidades culturais, cumprindo com seu papel principal, a socialização e disseminação do conhecimento, para desenvolvimento cognitivo, social, humano e científico.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Carta de Direitos Humanos completa 70 anos em momento de incertezas**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2018/12/70-anos-da-declaracao-universaldos-direitos-humanos>. Acesso em: 5 set. 2021.
- APPIAH, K. A. African Identities. *In*: BOXILL, B. **Race and Racism**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 371-382.

BARITE, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, out. 2011.

BARITE, M. Sistemas de Organización del Conocimiento: Una Tipología Actualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 122-139, jan. / jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uell/index.php/informacao/article/view/9952>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, October. 2002.

BEGHTOL, C. Ethical Decision-Making for Knowledge Representation and Organization Systems for Global Use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, July. 2005.

BISCALCHIN, R. **Construção de vocabulário controlado multilíngue**: um estudo de possibilidades no contexto da garantia cultural e pela perspectiva da Terminologia. 2013.

133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

BISCALCHIN, R. **Garantia transcultural e terminologia**: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis. 2021. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

BOCCATO, V. R. C.; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín (Colômbia), v. 37, n. 3, p. 237-250, sept./dic. 2014. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/20523/17282>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DHOUIB, S. Zur transkulturalitat der Menschenrechte. In: DHOUIB, S.; JURGENS, A. (ed.). **Wege in der Philosophie**: Geschichte – Wissen - Recht – Transkulturalitat. Weilerswist: Velbruck Wissenschaft, 2011. p. 278-296.

ELBERFELD, R. Forschungsperspektive “Interkulturalitat”: Transformationen der Wissensordnungen in Europa. In: KONERSMANN, R.; KROIS, J. M.; WESTERKAMP, D. (ed.). **Zeitschrift für Kulturphilosophie**. Hamburg: Meiner, 2008. p. 7-36.

GARCIA GUTIERREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LOPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

- GUIMARAES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma reflexão. *In: ENCUESTRO DE EDIBCIC*, 5., 2000, Granada. La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento: **Actas** [...]. Granada: Universidad de Granada, Facultad de Biblioteconomia y Documentación, 2000. p. 206-216.
- GUIMARAES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2007.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.
- HUHN, M.; LERP, D.; PETZOLD, K.; STOCK, M. (ed.). **Transkulturalität, Transnationalität, Transstaatlichkeit, Translokalität**: Theoretische und empirische Begriffsbestimmungen. Munster; Berlin; London: LIT, 2010.
- HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 25964-2**: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: interoperability with other vocabularies. Genebra, ISO, 2013. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/53658.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W.; TALAMO, M. F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001.
- LAZZARIN, L. F. Multiculturalismo e multiculturalidade: recorrências discursivas na educação musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 19, p. 121-128, mar. 2008.
- LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. *In: RAYWARD, W. B. (ed.). The variety of librarianship*: essays in honour of John Wallace Metcalfe. Sydney: Library Association of Australia, 1976. p. 101-113.
- MAZZOCCHI, Fulvio. Knowledge organization systems (KOS): an introductory critical account. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 45, n. 1, p. 54-78, 2018.
- MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto**: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MILANI, S. O. **A não neutralidade na organização do conhecimento e as questões éticas a ela subjacentes na biblioteconomia**. 2017. 86 f. Tese (pós-doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

MILANI, S. O. *et al.* Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. *In*: ROMERO, N. L. (ed.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

MORTALI, C. *et al.* **Antropologia Cultural e Multiculturalismo**. Florianópolis: UDESC; FAED; CEAD, 2002.

NEIVA, R.; ALONSO, L.; FERNEDA, E. Transculturalidade e Tecnologias da Informação e Comunicação. **RENOTE**: Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-8, dez. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14373/8270>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutierrez, Michele Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SANTOS, B. de S. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2001.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SMIRAGLIA, R. P. Introduction: theory, knowledge organization, epistemology, culture. *In*: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. **Cultural Frames of Knowledge**. Wurzburg: Ergon Verlag, 2012. p. 1-18.

TRIKI, F. Pluralisme Culturel et Transculturalite. *In*: KUHNHARDT, L.; TAKAYAMA, M. (ed.): **Menschenrechte, kulturen und gewalt**: ansätze einer interkulturellen ethik. Baden- Baden: Nomos, 2005. p. 323-339.

WELSCH, W. Transculturality: the changing form of cultures today. **Filozofski Vestnik**, Ljubljana, v. 22, n. 2, p. 59-86, jan. 2001.

Bibliografia Complementar

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: The Digital Library Federation, The Council on Library and Information Resources, 2000. 37 p. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/abstract/pub91abst.html>. Acesso em: 3 set. 2017.